



PROPOSTA n.º 143 / 2017

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide para reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo Municipal, bem como a respetiva minuta de contrato.

Pelouro: Obras Municipais e Desporto (Vereadores Manuel Salgado e Jorge Máximo)

Serviços: Direção Municipal de Projetos e Obras e Departamento da Atividade Física e do Desporto

Considerando que:

1. Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação em vigor, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento;
2. A Lei n.º 56/2016, de 8 de novembro, procedeu à reorganização administração da cidade de Lisboa tendo sido atribuídas competências próprias às Juntas de Freguesia, entre elas na área da gestão, conservação e reparação de equipamentos desportivos que não se relevassem de natureza estruturante para a cidade;
3. A Carta Desportiva de Lisboa apresenta uma área desportiva útil média da cidade de Lisboa de 1,61 m² por habitante, sendo que a freguesia de Carnide apresenta uma área desportiva útil, claramente deficitária, de 2,36 m² por habitante;
4. O Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova situa-se na Rua Herculano Pimentel, no Bairro da Horta Nova, freguesia de Carnide;
5. Na sua área de influência encontram-se, a uma distância inferior a 400 m, dois estabelecimentos de ensino público - a EB 1 Prista Monteiro e o JI do Bairro da Horta Nova, ambos na Rua Prista Monteiro, no Bairro da Horta Nova, e a cerca de 600m uma escola da rede privada - o Externato da Luz;
6. Nesta freguesia localizam-se as sedes sociais e/ou instalações das seguintes entidades do movimento associativo desportivo: Clube Atlético e Cultural, Luz Futebol Clube, Associação Mãos do Mundo e Companheiro, Carnide Clube, Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, Clube de Futebol "Os Unidos", Grupo Recreativo Escorpiões Futebol Clube e Juventude Horta Nova Futebol Clube;



7. Se verifica a necessidade de proceder à reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta, atualmente descoberto, num Pavilhão Desportivo Municipal que permita a prática de mais modalidades desportivas e, desta forma, colmatar as carências verificadas ao nível da prática desportiva naquela freguesia e freguesias confinantes;
8. Se pretende proceder à requalificação deste equipamento desportivo num pavilhão coberto, com dimensões de 20x40m e marcações para as modalidades de futsal, basquetebol, ténis e voleibol, para a formação e treino, com uma bancada para cerca de 200 pessoas;
9. A requalificação deste equipamento desportivo compreende uma intervenção que não assume a dimensão de gestão corrente ou manutenção/conservação corrente, mas antes, de beneficiação, pelo que não se subsume na alínea j) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, mas na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, constituindo uma competência própria da Câmara Municipal de Lisboa.
10. A Junta de Freguesia de Carnide se disponibilizou para proceder às intervenções necessárias à requalificação do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova, por entender existir interesse, relevância e prioridade na reconversão do equipamento em apreço;
11. O orçamento estimado para a reconversão do Polidesportivo em Pavilhão de acordo com os orçamentos apresentados ronda os 499.010,00 € (quatrocentos e noventa e nove mil e dez euros);
12. O valor a transferir pela Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Carnide, no âmbito de Contrato de Delegação de Competências será no máximo de € 300.000,00 (trezentos mil euros);
13. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
14. Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;



15. A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e a necessidade e suficiência de recursos;
16. De acordo com o quadro legal supra enunciado e, atento ainda o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada pela Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegação de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
17. Nessa medida foi elaborado pelos serviços municipais um estudo, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, em anexo, que se dá aqui por reproduzido integralmente para os devidos efeitos;
18. Dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;
19. No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Carnide e o Município de Lisboa contratualizar a delegação de competências para proceder à realização das obras necessárias à reconversão e requalificação do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo Municipal;

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das disposições conjugadas no artigo 23.º, na alínea K), do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º e dos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar submeter à Assembleia Municipal:

1. A celebração do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide para proceder à requalificação do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova;
2. A autorização para a afetação dos recursos financeiros para o efeito, mediante a transferência para a referida Freguesia de Carnide de uma verba de 300.000,00€ (trezentos mil euros). Despesa com enquadramento orçamental na Rubrica Económica 08.05.01.01.01, no Plano de Atividades C4.P010.13 (Rede Municipal de Polidesportivos) da orgânica N21.02, conforme documento de cabimento que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR JORGE MÁXIMO

3. A aprovação da minuta do Contrato de Delegação de Competência, a celebrar entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide, que se junta em anexo e que faz parte para todos os efeitos legais da presente proposta.

Paços do Concelho em Lisboa, 20 de março de 2017.

Os Vereadores

Manuel Salgado

Jorge Máximo



CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
N.º 1/CML/DAFD/2017

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelos Senhores Vereadores dos Pelouros das Obras Municipais e do Desporto, Manuel Salgado e Jorge Máximo, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, e adiante designado por **Primeira Outorgante**,

E

FREGUESIA DE CARNIDE, pessoa coletiva n.º 505 207 117, com sede no Largo das Pimenteiras, 6, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fábio Sousa, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Outorgante**

Considerando que:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação em vigor, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento;
- b) A Lei n.º 56/2016, de 8 de novembro, procedeu à reorganização administração da cidade de Lisboa tendo sido atribuídas competências próprias às Juntas de Freguesia, entre elas na área da gestão, conservação e reparação de equipamentos desportivos que não se relevassem de natureza estruturante para a cidade;
- c) A Carta Desportiva de Lisboa apresenta uma área desportiva útil média da cidade de Lisboa de 1,61 m2 por habitante, sendo que a freguesia de Carnide apresenta uma área desportiva útil, claramente deficitária, de 2,36 m2 por habitante;



- d) O Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova situa-se na Rua Herculano Pimentel, no Bairro da Horta Nova, freguesia de Carnide;
- e) Se verifica a necessidade de proceder à reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta, atualmente descoberto, num Pavilhão Desportivo Municipal que permita a prática de mais modalidades desportivas, desta forma, colmatar as carências verificadas ao nível da prática desportiva naquela freguesia e freguesias confinantes;
- f) Se pretende proceder à requalificação deste equipamento desportivo num pavilhão coberto, com dimensões de 20x40m e marcações para as modalidades de futsal, basquetebol, ténis e voleibol, para a formação e treino, com uma bancada para cerca de 200 pessoas;
- g) A requalificação deste equipamento desportivo compreende uma intervenção que não assume a dimensão de gestão corrente ou manutenção/conservação corrente, mas antes, de beneficiação, pelo que não se subsume na alínea j) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, mas na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, constituindo uma competência própria da Câmara Municipal de Lisboa;
- h) A Junta de Freguesia de Carnide se disponibilizou para proceder às intervenções necessárias à requalificação do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova, por entender existir interesse, relevância e prioridade na reconversão do equipamento em apreço;
- i) O orçamento estimado para a reconversão do Polidesportivo em Pavilhão de acordo com os orçamentos apresentados ronda os 499.010,00 € (quatrocentos e noventa e nove mil e dez euros);
- j) O valor a transferir pela Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Carnide, no âmbito de Contrato de Delegação de Competências será no máximo de € 300.000,00 (trezentos mil euros);
- k) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- l) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;



m) No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Carnide e o Município contraturalizar a delegação de competências para proceder à Reconversão do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo, no sentido de aumentar a qualidade e quantidade da oferta desportiva na freguesia;

É celebrado o presente Contrato de Delegação de Competências, nos termos e para os efeitos previstos no artigo n.º 116.º e seguintes do Regime da Delegação de Competências, consubstanciado na alínea c), do n.º 1 do artigo 1º da Lei n.º 75.º, de 12 de setembro, e publicado em anexo I à mesma lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

1. Pelo presente contrato, a **Primeira Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para proceder à Requalificação do Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo Municipal.
2. As obras de reconversão referidas no número anterior, têm por objetivo transformar o Polidesportivo descoberto existente num Pavilhão Desportivo Municipal com condições para a prática desportiva, na vertente de formação e treino, com as dimensões de 20x40m e marcações para as modalidades de futsal, basquetebol, ténis e voleibol, e uma bancada para cerca de 200 pessoas.

Cláusula Segunda

Objetivo da delegação de competências

A delegação de competências prevista na cláusula anterior tem como objetivo a melhoria das condições para a prática física e desportiva na cidade e consequentemente, dos serviços prestados na área da Freguesia de Carnide e a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

Cláusula Terceira

Competências da Primeira Outorgante



Competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Acompanhar a execução da obra e análise dos relatórios de fiscalização da Comissão de Acompanhamento a constituir, e que integra elementos dos serviços municipais, nomeadamente da DMPO e do DAFD, com competências para a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**;
- b) Cumprir a afetação dos recursos financeiros;

Cláusula Quarta

Competências Delegadas na Segunda Outorgante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:

- a) Proceder à elaboração dos projetos, peças desenhadas, escritas e procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização das obras de reconversão do equipamento e respetiva fiscalização, de acordo com os pareceres técnicos e licenciamentos previamente emitidos pela **Primeira Outorgante**, de acordo com as suas competências;
- b) Proceder à adjudicação das empreitadas e celebração dos contratos necessários e relativos à obra de Reconversão do Polidesportivo em Pavilhão Desportivo Municipal;
- c) Comunicar à **Primeira Outorgante** a data de início dos trabalhos de construção objeto do presente contrato;
- d) Proceder, na qualidade de dono de obra, à fiscalização da empreitada relativa à Intervenção;
- e) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas, bem como a execução pontual das Obras;
- f) Assegurar o cumprimento das boas regras de arte na execução dos trabalhos de construção, independentemente dos mesmos serem realizados por meios próprios e ou subcontratados;
- g) Informar por escrito a **Primeira Outorgante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- h) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;



- i) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa, os danos que venham a ocorrer. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao serviço responsável, para que seja registada;
- j) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas;
- k) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infraestruturas;
- l) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- m) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- n) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito do presente contrato;
- o) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula Quinta

Recursos Financeiros

1. Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com o presente contrato são no montante máximo de 300.000,00€ (trezentos mil euros), montante que terá enquadramento orçamental na orgânica N18.02, na Rubrica Económica 08.05.01.01, Plano de Atividades C4.P010.13 (Rede Municipal de Polidesportivos), a transferir nos seguintes termos e condições:

- i. O montante de € 290.000,00 (duzentos e noventa mil euros) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a outorga do presente Contrato;
- ii. O montante de € 10.000,00 € (dez mil euros) no prazo máximo de 60 (sessenta dias) após a entrega do relatório final de execução física e financeira da obra e respetivos comprovativos de despesa.



2. As verbas a transferir do número anterior da presente cláusula serão objeto de revisão em função dos comprovativos de despesa apresentados, não podendo as mesmas exceder, em caso algum, o limite fixado.

Cláusula Sétima

Auditoria e Fiscalização da Execução do Contrato

1. O presente contrato ficará sujeito a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, constituirão uma comissão de acompanhamento e promoverão, caso seja necessário, reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e visitas aos locais a que se refere o Contrato.

Cláusula Oitava

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado, unilateralmente, por qualquer uma das partes com fundamento em razões de interesse público e/ou alteração anormal das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos **Outorgantes**;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado e/ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula Nona

Entrada em Vigor e Período de Vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.



Cláusula Décima

Disposições Finais

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato foi atribuído compromisso número e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número/2017.

Depois de lido em voz alta, as Partes Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambas os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado.

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em de de 2017, ficando cada uma das partes outorgantes na posse de um exemplar.

A Primeira Outorgante

Os Vereadores

(Manuel Salgado)

(Jorge Máximo)

A Segunda Outorgante

O Presidente da Junta de Freguesia de Carnide

(Fábio Sousa)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DACM
Prop. n.º 143/2013
Fls. _____

**ESTUDO AO ABRIGO DO ARTIGO 122.º CONJUGADO COM O N.º3 DO ARTIGO 115.º, AMBOS DO
ANEXO I DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE CARNIDE**

Nota prévia:

No âmbito da Recomendação n.º1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesias, são instruídas com os estudos previstos no n.º3 do artigo 115.º, ambos do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

Em relação a cada uma das propostas de intervenção há a considerar os aspetos abaixo descritos, que correspondem as respetivas alíneas do n.º 3. do artigo 115º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

1. QUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS

1.1. Enquadramento

Nos termos da Carta desportiva de Lisboa, a média da área desportiva útil da cidade é de 1,61 m2 por habitante, sendo que a freguesia de Carnide apresenta uma área desportiva útil, claramente deficitária, de 2,36 m2 por habitante.

O Polidesportivo Municipal do Bairro da Horta Nova situa-se na Rua Herculano Pimentel, no Bairro da Horta Nova, freguesia de Carnide. Na sua área de influência encontram-se, a uma distância inferior a 400 m, dois estabelecimentos de ensino público - a EB 1 Prista Monteiro e o JI do Bairro da Horta Nova, ambos na Rua Prista Monteiro, no Bairro da Horta Nova, e a cerca de 600m uma escola da rede privada - o Externato da Luz.

Nesta freguesia localizam-se as sedes sociais e/ou instalações das seguintes entidades do movimento associativo desportivo: Clube Atlético e Cultural, Luz Futebol Clube, Associação Mãos do Mundo e Companheiro, Carnide Clube, Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, Clube de Futebol "Os Unidos", Grupo Recreativo Escorpiões Futebol Clube e Juventude Horta Nova Futebol Clube.

A Junta de Freguesia de Carnide pretende com a celebração deste Contrato de Delegação de Competências promover a reconversão do atual Polidesportivo do Bairro da Horta Nova, num pavilhão coberto, permitindo aumentar as valências deste equipamento desportivo e, desta forma, aumentar o



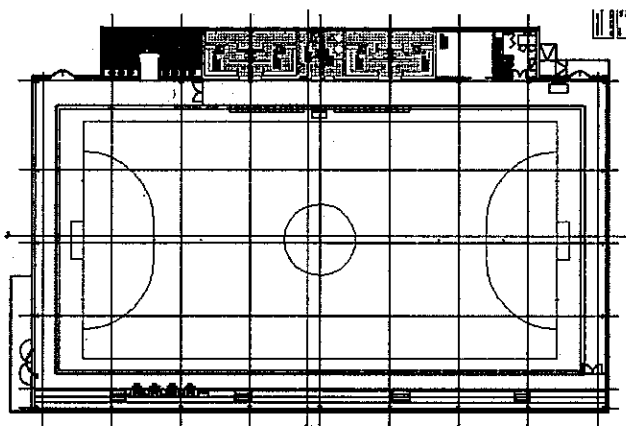
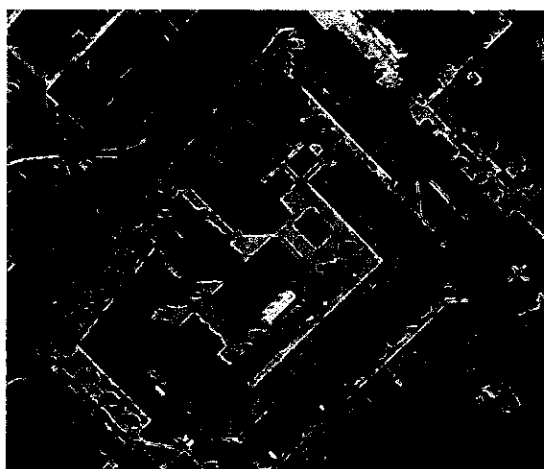
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

número de modalidades disponíveis, o número de praticantes e utilizadores do equipamento, bem como os níveis de prática desportiva na freguesia.

A reconversão deste equipamento desportivo num pavilhão coberto, compreenderá as dimensões de 20x40m e marcações para as modalidades de futsal, basquetebol, ténis e voleibol, nas vertentes de formação e treino, e uma bancada para cerca de 200 pessoas.

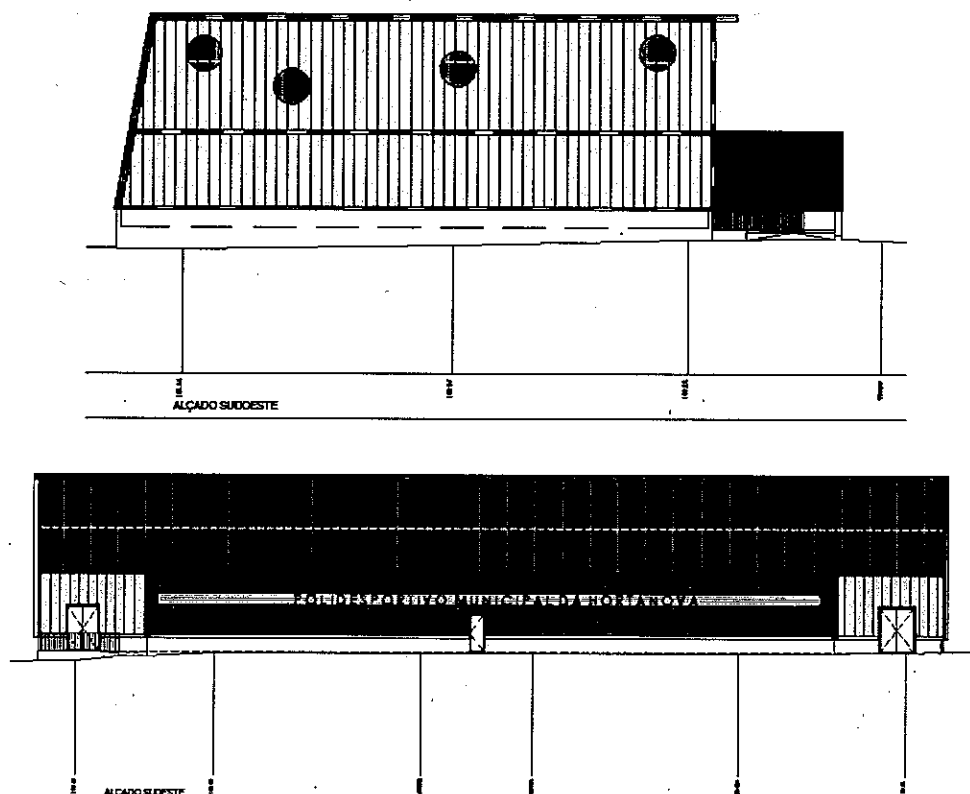
1.2. FOTOS

Planta de Localização





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



1.3. Resposta às questões do n.º 3 do artigo 115º

a) O não aumento da despesa pública global;

A delegação de competências operada pelo presente contrato interadministrativo não representa um aumento a despesa pública, uma vez que da mesma não decorre qualquer acréscimo de gastos e/ou custos para o erário público.

Importa mencionar que nos termos do dito contrato interadministrativo é fixado um valor máximo global para a afetação dos recursos financeiros respeitantes ao exercício da competência delegada, o qual teve por base as estimativas apresentadas pela Junta de Freguesia, estabelecendo-se que tal valor será revisto em função dos documentos de despesa apresentados pela Junta de Freguesia de Carnide.

Será ainda de referir que se salvaguarda a cooperação e coordenação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de ajustar as soluções decorrentes do exercício desta competência, caso seja necessário, a fim de garantir a racionalização da despesa e a escolhas economicamente mais vantajosas.

b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais;

Como as freguesias abrangem uma área territorial menor permitindo a concentração de recursos e a redução de patamares de decisão, traduzindo-se numa gestão mais eficiente, a delegação desta competência na Junta de Freguesia, contribuirá para uma maior rapidez de execução dos trabalhos



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

de requalificação e, por conseguinte, na devolução do equipamento desportivo à população da freguesia num mais curto espaço de tempo, o que por sua vez, resultará numa maior eficácia dos serviços a prestar à população.

c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais;

A Junta de Freguesia tem uma menor dispersão de recursos, o que lhe proporciona uma maior celeridade no exercício desta competência. Por outro lado, a passagem desta competência para a Junta de Freguesia promove melhor coesão territorial, potencia a aproximação das decisões aos cidadãos, reforça a coesão social e proporciona melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º;

A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia, tem como objetivo solucionar um problema que é apontado pela população local e reconhecido na Cidade de Lisboa, de carência de equipamentos para a prática desportiva de algumas modalidades. Esta solução permite aumentar as valências deste equipamento desportivo e, desta forma, aumentar o número de modalidades disponíveis, o número de praticantes e utilizadores do equipamento, bem como os níveis de prática desportiva na freguesia.

e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

Esta proposta foi articulada entre a Junta de Freguesia de Carnide e a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das suas competências.

Lisboa, 15 de março de 2017

A Diretora do DAFD

(Sónia Paixão)



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DACM
Prop. n.º 143/2017
Fls. _____

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 31.03.2017

Nº 349 /2017

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

PROPOSTA 143/2016	Aguarda AO	300.000,00 €
PROPOSTA 144/2017	5317001578	1.000.000,00 €
PROPOSTA 149/2017	5317002322	138.180,00 €
PROPOSTA 150/2017	5317002339	30.000,00 €
PROPOSTA 151/2017	5317002335	9.000,00 €
PROPOSTA 152/2017	5317002327	10.500,00 €
PROPOSTA 153/2017	5317002325	10.668,00 €
PROPOSTA 154/2017	5317002615	120.000,00 €
		1.618.348,00 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L21.02

1.618.348,00 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 20 de Março de 2017

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 23 de março de 2017, as atas, as moções, os votos de pesar, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 144 e 146/2017 das reuniões de Câmara de 11 e 25 de janeiro de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 7/2017 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Velez, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 8/2017 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelas vítimas do atentado terrorista em Londres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 3/2017 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar um Voto de Congratulação ao trabalhador do Município de Lisboa, Hélder Mestre, na Meia Maratona de Lisboa, pelo elevado mérito desportivo alcançado na classe T51, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 141/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração entre a Associação Académica de Lisboa e o Município de Lisboa, no âmbito das atividades e ações a desenvolver, bem como a transferência de verba respetiva, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 142/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Jorge Máximo e José Sá Fernandes)

Aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Lisboa e o Ministério da Educação, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 143/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Jorge Máximo e Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e Freguesia de Carnide para a reconversão do Polidesportivo do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo, bem como a respetiva minuta de Contrato, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 144/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Jorge Máximo e Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e Freguesia de Carnide para construção de um Complexo Desportivo Municipal, bem como a respetiva minuta de Contrato, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 145/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar o reforço de verba a transferir para as Juntas de Freguesia da Ajuda, Estrela, Penha de França e Santa Maria Maior, no âmbito da execução do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 156/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a transferência de verba para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 157/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a transferência de verba para a AMBPC - Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, para reforço do apoio financeiro já concedido pelo trabalho desenvolvido e a desenvolver no processo de realojamento do bairro, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 158/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras dos arraiais populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 159/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras das marchas populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *Paula Levy* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de março de 2017

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

Duarte Cordeiro

PROPOSTA 143/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E FREGUESIA DE CARNIDE PARA A RECONVERSÃO DO POLIDESPORTIVO DO BAIRRO DA HORTA NOVA EM PAVILHÃO DESPORTIVO, BEM COMO A RESPETIVA MINUTA DE CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos votar, ponto 30, Proposta 143/2017. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 143/2017 a qual foi aprovada por unanimidade.